

Uma Experiência Associativa Difícil Descrição e Contributos para o Futuro

Lamento sinceramente a impossibilidade de contribuímos para o debate de uma temática tão importante e decisiva para o trabalho das Associações presencialmente. No entanto, porque consideramos que temos uma experiência de importância nacional a partilhar e o dever de o fazer e porque sabemos que o Fórum tem sido sempre espaço de representação dos problemas mais agudos das Associações e, ainda, porque neste, em particular, se vai debater um dos aspectos mais importantes e que tantas dificuldades tem trazido às associações e, bem entendido, ao património deste País no seu todo, não quisemos de deixar de fazer chegar o nosso contributo.

O caso do Barreiro é paradigmático, quantas terras encontramos neste País com uma história assente no património arqueológico manufactureiro, proto-industrial e industrial, com classificações nacionais, de interesse público e local?

Provavelmente nenhuma, com a sua dimensão de 36KM quadrados, situado em pleno Estuário do Tejo, frente a Lisboa e uma história de importância decisiva para o País em cada um desses momentos. Não nos podemos esquecer do papel único durante a Expansão com os fornos cerâmicos da Mata da Machada (assinalar que o forno está a desmoronar-se), as formas do biscoito e do pão-de-açúcar, a Ribeira das Naus do Coima e os fornos do biscoito em Vale de Zebro.



Forno cerâmico do complexo oleiro da Mata da Machada Sec.XV



Forma do Pão-de-Açúcar



Forma do biscoito

Mas, também, não nos podemos esquecer das primeiras experiências fabris na Real Fábrica de Vidros e Cristalinos de Coima (classificada de interesse público), que se deslocaram para a Marinha Grande, onde o 1º catálogo vidreiro é o de Coima.



Escavação campo arqueológico



Real fabrica de vidros cristalino de coima e alguma peças de vidro

E, ainda, o surto moageiro com a maior concentração de engenhos de moagem de maré do Estuário do Tejo, a que a DGPC recusou há poucos meses a classificação, com o não argumento de que já estavam classificados os que ficavam no lado do Seixal, apesar do parecer positivo dos técnicos que estudaram o dossier na própria DGPC.



Lembro que este surto moageiro deu, também, origem ao aparecimento dos engenhos de moagem de vento e mais tarde às moagens a vapor, fazendo com que o Barreiro entrasse na proto-industrialização.

Engenhos de Moagem de Vento

Moinho Nascente



Moinho de tipologia tradicional portuguesa, com velas triangulares em pano, com dois pisos, duas mós e torre fixa cilíndrica e cobertura móvel. Foi construído por José Pedro Costa, em 1852.

Moinho Poente



Segue integralmente a tipologia anteriormente descrita. Foi construído por José Francisco da Costa, em 1852. Possui azulejo votivo, dedicado a Nossa Senhora do Rosário.

Moinho Gigante



De tipologia holandesa/inglesa, com 3 pisos, torre tronco-cónica, velas de madeira encapadas a lona, torre fixa e cobertura móvel, com capelo orientável, por volante e corrente, junto ao solo. Possuía 2 pares de mós. Foi construído por José Pedro Costa, em 1852 e desativado em 1919. Possuía uma nova tecnologia que permitia, com muito menos pessoal, farinhar muito mais do que os outros dois seus vizinhos. Poucos moinhos havia em Portugal semelhantes a este. A sua rápida recuperação é urgente dada a subida do nível médio da água e a erosão provocada pelos catamarans nos seus alicerces.

Moinho do Jim



Com tipologia Inglesa, foi construído por James Harteley, em 1827. Este moinho e o Gigante são, segundo Jorge Custódio, exemplares únicos em Portugal e, por isso mesmo, casos de interesse para a Arqueologia Industrial do Barreiro.

Moinho do Barão do Sobral



É referido, num documento, de 1817, que o Barão andava a construir um moinho na Vila do Barreiro, cuja planta foi encontrada e divulgada pelo professor Jorge Custódio. Em 1820, noutro documento refere-se que é “um moinho de vento que não tem semelhante neste reino, e talvez que não haja nas outras nações.” Terá ardido completamente e situava-se nos terrenos da Quinta do Braamcamp.

Moinhos de Maré

Moinho do Cabo de Pero Moço



É, hoje, uma ruína, anterior a 1534 e possuía, na época 4 casais de mós. Há notícia da designação de Cabo de Pero Moço desde 1487. Posteriormente veio a ser edificado um segundo moinho, que veio duplicar o nº de casais de mós. Em 1884, parte do moinho moía cereais para José Pedro da Costa. A outra parte descascava arroz para Joaquim Rosário Costa. Depois de 1913, foi adaptado para fábrica de cortiça de Francisco Gameiro e Irmãos. Ardeu completamente no ano de 1933.

Moinho Grande



deira do sangue.

Possuía 7 casais de mós, existia antes de 1652 e, nessa altura, era propriedade de Manuel da Cunha, fidalgo da Casa d'El-Rei. Pertenceu ao 1º Visconde da Lançada e ao seu filho que o vende, em 1892, a Rui de Albuquerque d'Orey, funcionando como Companhia da Fábrica da Serração de Orey Antunes. No século XX, a Câmara Municipal concedeu licença à Firma Henry Burnay para a instalação de uma fábrica de moer e triturar diversos produtos de origem animal e vegetal. A sua caldeira, por escoamento residual da actividade do antigo Matadouro, ficou conhecida como caldeira do sangue.

Moinho Pequeno



A primeira notícia data de 1652, tendo sido arrendado por D^a Antónia de Moraes a João Carvalho. No século XVIII entrou na posse dos multi-fundiários Costa que, nos anos 80 do século passado, tentam, junto da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, gizar um plano para recuperação museológica do mesmo. Este processo levou à celebração, em 1992, de um contrato de promessa de compra e venda entre a família e a Câmara Municipal do Barreiro, o que se veio a concretizar em 2002, bastantes anos depois,

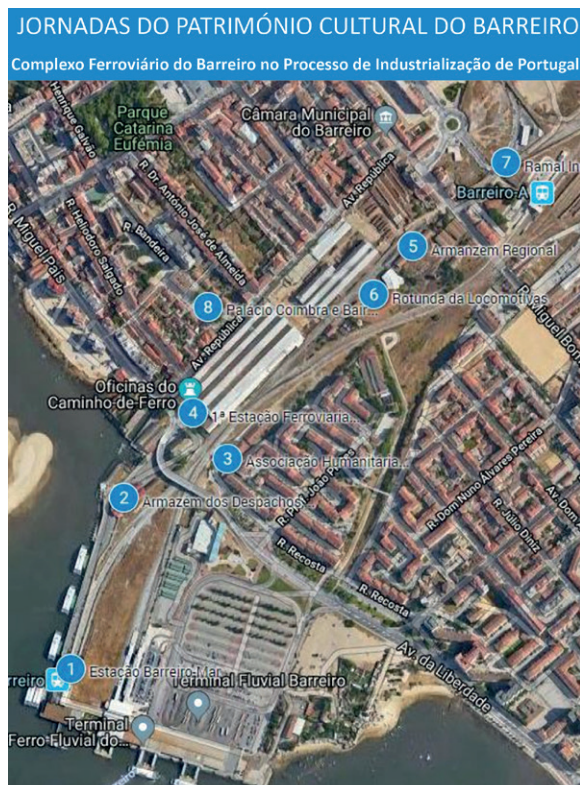
dadas as dificuldades de partilha dos bens entre os muitos herdeiros.

Moinho do Braamcamp



Reedificado depois do terramoto de 1755 por Vasco Lourenço, vendido pelos seus herdeiros, em 1804, a Geraldo Wenceslau Braamcamp, 1º Barão do Sobral, que amplia o moinho de 7 casais de mós para 10. Mais tarde, veio a pertencer a um negociante inglês de nome Abraham Wheelhouse. É vendido, em 1884, aos herdeiros de Robert Hunter Reynolds, que vieram habitar a quinta e fundar a Sociedade Nacional de Cortiças.

Logo a seguir o Caminho de Ferro, em processo de classificação, interrompido pela CP, que depois de ter vendido para a sucata máquinas e vagões, decidiu entrar em tribunal contra a DGPC, porque necessitava das máquinas e vagões que estavam a ser classificados de âmbito nacional. O processo está parado e com ele a desmoranar a 1ª estação ferro-fluvial do País, importante obra feita em aterro, que serve de bandeira à CP, e que, em conjunto com uma estação em Veneza, são as únicas ferro-fluviais na Europa. A sua arquitectura é impressionante e de grande qualidade, está aos poucos em derrocada.



1- Estação Barreiro-Mar



É inaugurada em 1884 e foi projectada pelo engenheiro Miguel Paes. É uma das “glórias da engenharia em Portugal”, construída no leito do rio, numa obra de grande complexidade hidráulica, sendo exemplar único que ocupa lugar cimeiro entre os edifícios mais simbólicos dos Caminhos-de Ferro em Portugal. Foi a 1ª estação multimodal do País e a primeira a ser construída à beira Tejo, desempenhou um papel estratégico na expansão dos Caminhos-de-Ferro para Sul e na ligação a Norte. A sua arquitectura é de uma “leveza grácil”, na qual arte e técnica se conjugam perfeitamente, destacando-se as influências românticas do neo-manuelino nos elementos decorativos, bem como influências do estilo colonial inglês.

2-Armazém dos Despachos, Telheiro de Mercadorias e Caís da Cortiça



Situa-se na Avenida dos Sapadores, é uma construção contemporânea da Estação Barreiro-Mar, inaugurada em 1884. É da autoria do Engº Miguel Pais.

3-Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Sul e Sueste



Muitos eram os acidentes e principalmente os incêndios, em consequência um grupo de ferroviários formou esta Associação Humanitária, em 1894, com quartel na Baía do Tejo, desde 2008.

As instalações estão, hoje, cedidas a uma associação local de artistas.

4- Primitiva Estação Ferroviária do Barreiro e Oficinas Gerais



A Primitiva Estação Ferroviária é construída em 1859 e é a 1ª construção ferroviária de raiz, em alvenaria, a ser edificada em Portugal com a finalidade de servir de Gare Ferroviária Principal da Linha do Sul. É anterior à Estação de Santa Apolónia (1865) e foi convertida em Oficinas Gerais em 1884. A sua arquitectura é monumental, sóbria e funcional. Era considerada pelos habitantes da então vila um “majestoso edifício”.

As Oficinas Gerais do Caminho-de-Ferro do Sul e Sueste, foram inauguradas em 1884, “eram em 1886 consideradas” excepcionais, empregando 500 operários. Foram um polo gerador de trabalho e riqueza reconhecido nacional e internacionalmente no mundo ferroviário. São, ainda hoje, um notável exemplo da arquitectura industrial oitocentista, moderna e funcionalista.

5- Armazém Regional



Terá sido construído em 1935, no momento da reconstrução e alargamento das Oficinas e destinava-se ao acondicionamento dos materiais oficinais e para a Via e Obras.

6- Rotunda das Locomotivas



A Rotunda das Locomotivas é exemplar “único no País pela sua dimensão e raro pela sua integralidade”. Foi construída em 1886 e considerada uma das obras de maior vulto do Complexo Ferroviário, devido à sua planta semi-circular. Alojava 20 locomotivas a vapor, passando depois a albergar as locomotivas diesel.

7- Ramal Industrial da CUF



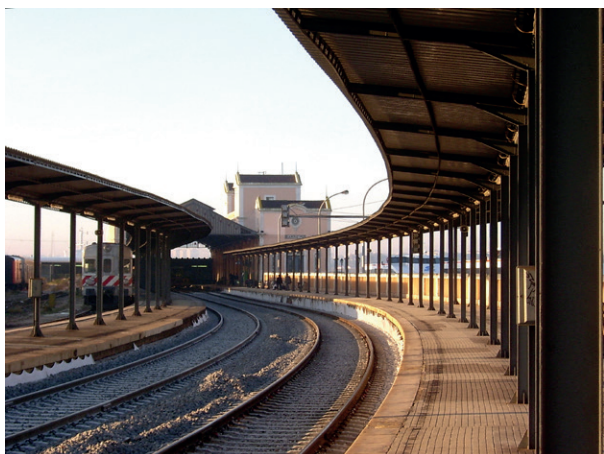
Ligava a linha do Sul e Sueste ao novo Complexo Industrial CUF, que se instala no Barreiro em 1907, nos terrenos da fábrica de cortiça Bensaúde e C^a. A existência deste ramal terá pesado, entre outros benefícios, na decisão de Alfredo da Silva em escolher esta terra para a sua futura actividade industrial. Este ramal entra em funcionamento em 1910, com quatro pequenas locomotivas a vapor e será o mais antigo, ramal industrial e privado do País.

8- Palácio Coimbra e Bairro Ferroviário



Constituem dois tipos de habitação ligada à história do Caminho-de-Ferro no Barreiro. O Palácio Coimbra edificado por José Pedro da Costa Coimbra ligado à empresa proprietária dos Caminhos-de-Ferro do Sul, em 1860 e o Bairro construído, pela Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses (CP), entre 1933 e 1935. Este último insere-se na política “paternalista” e corporativa do Estado Novo. O Bairro é composto por 23 moradias unifamiliares geminadas, com 2 tipologias de habitação, uma destinada ao pessoal graduado, outra ao pessoal braçal. Esta possuem características distintas que evidenciavam o estatuto socioprofissional dos moradores. Assim as 11 moradias para o pessoal graduado tinham porta principal para o Largo do Palácio, as restantes para o pessoal braçal tinham entrada pelas traseiras.

Dado que a CP não coloca em causa o património imóvel, este estará em vias de classificação e por isso de acordo com a Lei, solicitámos à DGPC que alertasse a IP para a obrigação que tem de conservar em bom estado este património.



Estação Sul e Sueste 2003



Estação Sul e Sueste 2022

Já não falo da Indústria Corticeira, que com o caminho-de-ferro veio para esta terra e eram cerca de 40 as fábricas e fabriquetas, foram desaparecendo ao longo dos anos, dando, muitas vezes, origem a urbanizações.



Fabrica do Herold principio do Sec XX.



Fabrica da Sociedade Nacional de Cortiças Sec XX.

E temos a CUF, classificada nacionalmente, mas com muitos edifícios em mau estado, como os Edifícios de 1ª geração Stinville, facto para o qual alertámos a DGPC. A CUF era o maior império industrial da Península Ibérica e o 5º maior da Europa.

1-Casa Museu Alfredo da Silva e Antigo Posto da GNR



A Casa-Museu Alfredo da Silva – data de 1908, o 1º andar era utilizado por aquele industrial quando se deslocava ao Barreiro. Nos anos 60 o escritório foi convertido em sala de recepção, albergando a maqueta do complexo industrial, que figurara na F.I.L. como peça central da exposição comemorativa do centenário da C.U.F. (1965). O 1º andar foi totalmente restaurado nos anos 90 - a habitação passou a ser designada por Casa-Museu Alfredo da Silva, depois de ter recebido o espólio, mobiliário, documentação e objectos diversos ligados à vida e actividade do industrial e proveniente da Fábrica Sol, em Alcântara, aquando da sua alienação.

Edifício da GNR, como é hoje conhecido, inicialmente, tal como a casa-museu, destinou-se apenas a escritórios, depois serviu de instalações da GNR, na década de 40 do século xx.

2- Edifícios da antiga Central a Vapor



Data dos anos 40/50 do século xx. Trata -se de um edifício de grandes dimensões, parece composto por três corpos anexados; possui uma altura superior a três pisos. As potencialidades das dimensões e seus espaços interiores facilitaram o aproveitamento para as novas e actuais funções.

3- Edifícios da Primeira Geração Stinville



Estes antigos edifícios de escritórios, em tijolo burro, estão situados na primeira zona de ocupação do complexo e fazem parte das primeiras construções, têm planta rectangular e um só piso. Outro edifício com uma arquitectura particularmente interessante é o chamado «comboio». Segundo consta na documentação de ocupação do complexo, tratava-se de um edifício para oficinas eléctricas, chumbeiros e armazém.

4 - Armazém de Descarga e Moagem de Pirites



Armazém, localizado junto ao feixe de linhas do comboio no ramal da CUF, destinava-se à descarga e armazenamento das pirites que vinham de várias minas no Alentejo para posterior moagem e extracção de diferentes componentes químicos e fabrico do ácido sulfúrico.

5 - Silo de Enxofre



Data de 1960, construído em betão armado com arcos parabólicos, possuindo iluminação zenital. Encontra -se inventariado pelo IPPAR, foi vendido à SECIL.

6 - Bairro Operário de Santa Bárbara



As primeiras casas para operários ficavam na rua da União, construídas em 1910. O bairro no Alto de St.ª Bárbara, dos anos 30 do século XX, de características diferenciadas para operários, chefias intermédias e quadros superiores, conserva toda a essência da história da “obra social” da CUF: morar dentro da fábrica”, marcar a vida pelas buzinas e pela torre do relógio, ir à creche, à escola, ao cinema, gastar os escudos escassos na “Despensa” do patrão, comprar o pão, o carvão e até tomar banho (as habitações dos operários não tinham casa de banho).

Na denominação geral de Bairro de St.ª Bárbara estão incluídas todas as valências classificáveis (casas, edifícios, torre, cinema, padaria, balneários, refeitórios, sede do Grupo Desportivo), felizmente tudo em bom estado de conservação.

7- Masoléu de Alfredo da Silva



Arquitectura civil, modernista, dentro da expressão monumentalista cultivada no período do Estado Novo. Construído em 194, de expressão arquitectónica tendencialmente geometrizarante, de rigoroso controlo volumétrico; síntese entre a expressividade volumétrica e a expressão plástica escultórica, na linha de um modernismo académico, segundo um programa de formas e volumes de linhas rígidas, mais ou menos estilizadas. Monumento em granito com 12m de largo e 7m de altura, assente em base circular, com uma pirâmide truncada ao centro. Linguagem modernista com utilização da nova técnica do betão e do ferro apresentando uma articulação de massas murárias, distribuídas segundo o padrão clássico de um eixo com simetria, ostentando os seus planos secos, motivos art déco. Os baixos-relevos são de autoria de Leopoldo de Almeida e a arquitectura de Cristino da Silva.

8 - Museu Industrial e Centro de Documentação (Antiga Central Diesel, 1928-1937)



Arquitectura civil industrial modernista, funcionalista e “Art Déco”. Antiga fábrica dos anos 30, que utiliza o ferro como material arquitectónico emancipado, com a estrutura deixada a nu no seu esqueleto metálico. Programa modesto com base num funcionalismo racional, desenvolvido numa linguagem classicizante. Art Déco nas linhas puras da estética cubista, expressa nas superfícies planas e linhas rectas de traçados suavemente geométricos, com faixas verticais e horizontais que esquadriam as fachadas e que as valorizam superiormente, e emprestam movimento rítmico aos seus panos, com vãos abertos numa escala inusitada, em volumes cúbicos.

O nosso trabalho como Associação é muito difícil por múltiplas razões: a necessidade de formação; apoio monetário e judicial; legislação mais assertiva; a certeza de publicar nos órgãos de comunicação; a falta de planeamento estratégico da área do património a médio e longo prazo; a ausência das associações e da população na discussão da sua herança patrimonial com as Câmaras, quando esta herança será, também, o seu futuro, que se deseja sustentável e socialmente coeso; e, sobretudo, a falta de independência política e por vezes monetária dos reguladores (Câmaras Municipais, Governo).

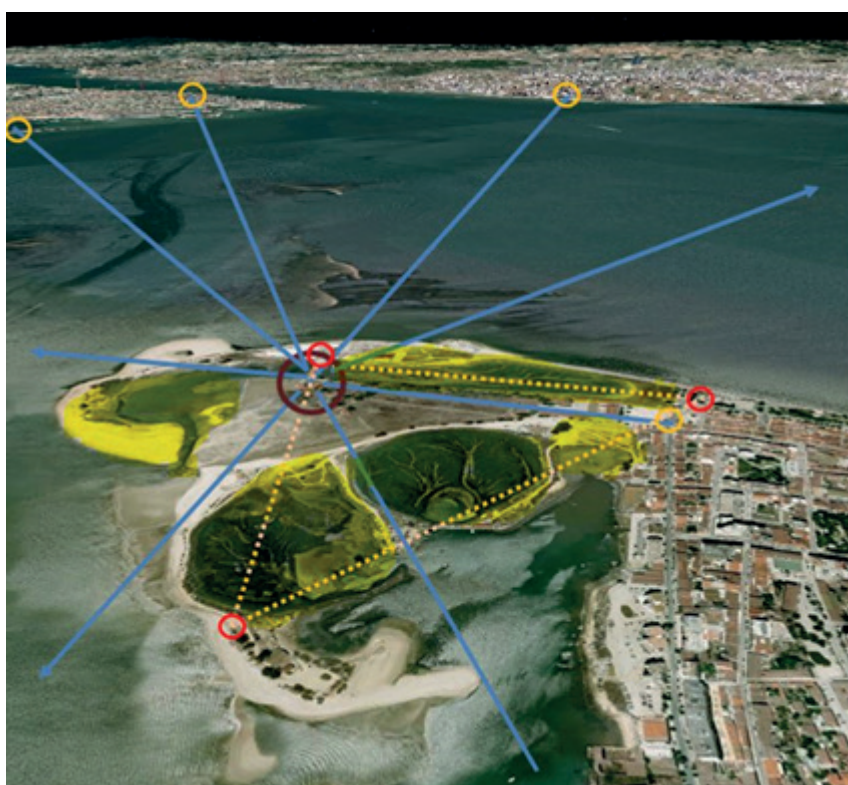
Desde a nossa formação, em 2010, herdámos o processo de classificação da CP e sempre fomos tendo vários problemas devido à incompreensão da importância do património material e imaterial existente como activo de desenvolvimento do Barreiro e pela incapacidade de discutir e gizar uma visão de conjunto. Problemas que se agravaram, desde 2018, com as intervenções no território de Alburrica.

Este é um espaço único na AML pela sua configuração, pela confluência de dois rios, o Coia e o Tejo. É um território classificado localmente para preservação paisagística, moageira e ambiental, mas também integrado na REN (restinga nas praias, terreno alagadiço junto à Quinta Braamcamp e sapal nas caldeiras dos 4 moinhos de maré) a estes engenhos de moagem de maré juntam-se mais 4 de vento (dois deles únicos no País), os restos do 1º Caís de Embarque dos Caminhos-de-ferro e ainda vestígios de Estaleiros Navais.



Caldeira do Moinho Grande - Projecto de transformação da caldeira em praia - restos do caís e do estaleiro Naval.

Neste território situa-se uma das muitas quintas de beira Tejo, que desenvolveu várias actividades (moagem no Moinho do Barão do Sobral, uma máquina única e colossal como era conhecida, o cultivo de amoreiras e de bicho da seda e a produção agrícola, configurada como um jardim através da utilização de plantas hortícolas). A Quinta Braamcamp e todas as outras à beira do Estuário do Tejo têm sido estudadas pelo Grupo de Investigação ESTEJO, liderado pela professora Fátima Silva, Universidade Lusíada. Este Grupo de Investigação tem na DGPC um pedido de classificação da Área de Alburrica, que desejamos que tenha sucesso.



A Quinta Braamcamp, centro de uma paisagem ideal construída com os espelhos de água, os moinhos e os pontos focais e “skylines” do estuário e de Lisboa. Revista Fundação nº9 “As quintas de recreio do estuário do Tejo e a Quinta do Braamcamp” RODRIGO DIAS

Desde 2018 que temos vindo a travar uma batalha muito desigual. Primeiro no Moinho de Maré Pequeno e que ganhando a Câmara Municipal, perderam os Barreirenses todos, ficaram sem o moinho e, portanto, sem um bem com valor patrimonial. Foi arrasado, substituído por um edifício novo e descaracterizado.



Moinho Pequeno no ano 2000



Arrasamento em 2017



Actual edifício, Imitação de um moinho

Depois conseguimos formar uma Plataforma com outras Associações e pessoas individuais contra a venda da Quinta da Braamcamp, e nesta contra a construção de 184 fogos e um estádio de futebol com uma bancada de 3 níveis, um restaurante no Moinho Braamcamp, o maior do estuário, com 10 bocas. A Associação interpôs uma providência cautelar. Esta foi aceite, o concurso para venda, ainda se realizou, porque o presidente fez uma resolução fundamentada, que o Tribunal não aceitou e o concurso foi anulado, metemos a acção, pedimos ao Eng. Vítor Córias, ao prof Jorge Custódio e ao prof. Carlos Antunes para serem testemunhas, o que muito temos a agradecer. O tribunal pediu aos concorrentes para se pronunciarem, e é curioso constatar que o concorrente que ganhou o dito concurso era o mesmo que tinha comprado os terrenos em Monte Gordo, tendo dado origem à demissão da Presidente da Câmara, o assessor o mesmo e a empresa que assistiu tecnicamente o concurso a mesma.

Antes de férias fomos surpreendidos com uma nova posição do Tribunal de Almada. A juíza tinha sido substituída por outra, que veio dizer que não temos legitimidade para intentar acções populares, o que fundamenta num decreto anterior à aprovação da Lei de Bases do Património, contrariando os seus artigos 10 e último. Felizmente, que temos a grande generosidade da Dra Madalena Alves Pereira, barreirense e pessoa de convicções e justas causas. E assim seguiu o recurso, como já tinha seguido a Providência Cautelar. Dinheiro para pagar a advogado é coisa que não existe, daí a importância da criação de um apoio jurídico.

Mas, temos outro problema pela frente: o Moinho Grande, em Alburrica que, como o Pequeno, foi arrasado pela Câmara, destruídas as bocas ainda existente, bem como a estacaria enterrada no lodo e lhe servia de suporte, as pedras do embasamento foram tiradas, mas não identificadas, e tudo isto sem fazerem nenhum estudo preliminar técnico e arqueológico. Preparavam-se para construir um “falso” como fizeram com o Moinho Pequeno. Pedimos para consultar o processo, o que nos foi concedido a muito custo e insistência. Levantámos um conjunto largo de dúvidas que enviámos à Câmara e não obtivemos resposta, assim como enviámos a outros organismos. Pedimos consulta de documentação a vários organismos só tivemos resposta da DGPC e CCDR. Fizemos de imediato uma acção de esclarecimento com a presença do prof. Jorge Custódio e do dr. Luís Raposo e uma deslocação ao local, que deixou este último perplexo, sem querer acreditar no que via.



Moinho Grande antes da destruição a 22 de junho de 2021, fecho da caldeira e atuais ruínas depois da intervenção do estudo de arqueologia.

À DGPC tinham, entretanto, começado a chegar, para além da nossa informação, pareceres do prof Jorge Custódio e da própria Associação de Arqueólogos Portugueses e pasme-se, mas o bem estava registado como sítio arqueológico a nível nacional. Então, a DGPC foi obrigada a emitir um parecer que falava em todos os erros cometidos, chamava de crime o desaparecimento dos bens e obrigava, de acordo com a lei, a interromper e fazer o estudo arqueológico.

A Câmara Municipal do Barreiro nas figuras do Sr, Presidente e Vice-presidente voltaram à batalha de cariz político-partidário que adoptaram relativamente à Associação de Património, acusada de quase mandar na DGPC, facto de que a DGPC foi informada.

Porém, na reunião de dia 29 de Junho, na DGPC, o que nos foi dito é que a obra seguirá o seu curso, depois da intervenção arqueológica, ou seja, criar-se-á mais um falso sem valor patrimonial, com a agravante de que a sua caldeira dará lugar a uma praia.

Esta última realidade levanta uma questão de ordem patrimonial e outra de ordem ambiental, as quais já demos conta à DGPC, CCDR, APA, APL, ICNF. Não obtivemos resposta, até ao momento, só a DGPC acusou a recepção do nosso ofício.

A questão patrimonial tem a ver com o facto de um engenho de moagem de maré ser um complexo e, portanto, se lhe faltar uma das suas partes não será mais um moinho de maré, a outra liga-se com o facto

da caldeira ser ,também, um sítio referenciado arqueologicamente e resta saber se a DGPC quer aceitar que deixe de ser moinho e sítio arqueológico.

A questão ambiental tem a ver com o facto de ser uma zona de sapal, que em conjunto com as pradarias marítimas e as florestas tropicais são zonas de enorme importância para a captação de carbono, sendo, desta forma, zonas prioritárias de conservação face ao combate climático. Ora o que querem fazer é deitar na caldeira, sem nenhum estudo que se conheça, areia para fazer, a 400 metros de 5 praias ,uma praia artificial, com 2 milhões de euros vindos dos fundos comunitários, distribuídos e apresentadas pelo Sr. Primeiro Ministro, contrariando a legislação Comunitária de cariz ambiental.



As três caldeiras dos engenhos de moagem de maré classificadas na REN como zonas de Sapal

Porém esta decisão é em tudo contrária ao que ambientalmente deve ser realizado, deixando a caldeira de servir 84 espécies de aves (SPEIA). Bem como, se lermos o PNOPT, o PROTAML e o Plano de Resiliência às Alterações Climáticas da AML, assinado por todas as Câmaras, verificamos que esta decisão não corresponde ao preconizado em nenhum destes instrumentos.

Esta é a realidade no Barreiro! Também é verdade que não temos castelos e palácios, mas temos um património de arqueologia industrial muito importante que dificilmente tem voz, por isso é para nós uma obrigação enviarmos este contributo.

Na verdade, o rasto objectivo da história de uma comunidade traduz-se, em termos concretos, pelo seu património material e imaterial. Este património é testemunho e substracto da nossa identidade. É a nossa memória colectiva e um dos instrumentos de desenvolvimento das comunidades centrado no ser humano, que se quer inclusivo e equitativo, porque é cultura e nenhum desenvolvimento poderá ser sustentável se excluir a cultura. É uma paisagem Cultural Urbana, ou paisagem humana evolutiva (“Recomendação sobre

O património cultural do Barreiro é o nosso capital social e, por isso, ferramenta do nosso desenvolvimento, da nossa participação cidadã e de valorização de uma paisagem cultural urbana, industrial e multicultural.

Assim, é necessária uma leitura que assinale as marcas da acção humana ao longo dos séculos, tornando visíveis os processos de produção, o trabalho especializado, os avanços técnicos e tecnológicos, os tempos de lazer, recreio e luta, os apoios sociais e associativos, e apostar na investigação do passado ao serviço do futuro e no restauro de bens com valor patrimonial, num espírito que integre uma gestão democrática, com a participação da sociedade civil e das suas representações.

A crescente importância do turismo cultural dedicado, uma maior consciência de que o património é um recurso de desenvolvimento, a necessidade de reforçar as identidades que dão corpo à possibilidade de todos nos situarmos no espaço e no tempo e desta forma estarmos mais aptos a compreender o mundo, a respeitar as diferenças e a contribuir de forma esclarecida e activa nos processos de transformação/desenvolvimento que se desejam humanizadores, implicam novas formas de encararmos o património e novos processos de gestão, articulação e contratualização entre diferentes actores (movimentos, associações, fundações, poderes públicos, privados, parcerias publico-privadas, universidades, politécnicos, etc).

Uma das formas é a criação, segundo o historiador e investigador , Paulo Pereira, de estruturas de acolhimento e interpretação que têm como função: conhecer/investigar; proteger/conservar; valorizar/divulgar.

A explicação é um processo de integração do património no espaço e no tempo, fazendo-o entrar na ordem contemporânea, passa deste modo a ter uma utilidade, permitindo-nos o conhecimento de que estávamos desapossados, pondo fim à nossa alienação/afastamento. Isto, segundo as palavras de Marcelo Martin, é um dos maiores desafios que enfrentamos “... é o de manter o conhecimento sobre o património em permanente actualização ideológica, na qual prevalecem os valores humanistas, o compromisso com o desenvolvimento que não ponha em perigo a nossa herança cultural e que as actividades em torno do património sejam um factor de mais desenvolvimento social e económico.”

Este último parágrafo entronca directamente no tema do afastamento das escolas, salvo raras excepções, desta área fundamental de conhecimento. Porém toda a discussão à sua volta necessita de um levantamento sobre o que não se faz e onde e sobre o que se faz, onde e como, e , ainda, de um levantamento sobre o que é que as Associações fazem nesta matéria, bem como as dificuldades que têm e que são de ordem muito diversa.

Trabalhar esta área nas escolas é fundamental, mas de nada nos servirá se nos ficarmos por conhecer figuras, acontecimentos, lugares, sem que isso não se inscreva numa linha condutora de uma identidade, que se descobre e percorre como forma de a e nos compreendermos, valorizarmo-nos e integrarmo-nos com orgulho no nosso presente e com criatividade no desenvolvimento do nosso futuro.

Chegados aqui, desejo, em nome da Associação, deixar um conjunto de contributos que consideramos pela nossa experiência fundamentais.

1. Apesar do caminho percorrido a nível nacional e internacional:- declarações, convenções, cartas internacionais, legislação comunitária e nacional;- chamadas de atenção da ONU, UNESCO, ICOMOS, Parlamento Europeu, Associações Portuguesas de nível nacional e local, bem como movimentos, na verdade continuamos a necessitar de uma visão mais completa, assertiva e valorizadora do contributo real que o Património Cultural Material e Imaterial, Ambiental e Paisagístico prestam a um verdadeiro desenvolvimento centrado no Ser Humano, na cultura e inovação, que partindo do passado possa criar novos futuros, que um não se constrói sem o outro.

2. Problemas com a legislação omissa e a necessitar regulamentação. Como por exemplo a necessidade de uma real obrigatoriedade de parecer da DGPC sobre conservação de bens com valor patrimonial classificados, independentemente do nível de classificação. Ou, ainda, a definição das omissões legislativas relativamente aos poderes e direitos das associações de defesa do património cultural. A obrigatoriedade de apoio financeiro a associações, de forma a que este não fique à mercê de atitudes políticas inqualificáveis, muitas das vezes. Uma valorização do mecenato. A obrigatoriedade de uma definição completa das zonas classificadas, com os limites de protecção perfeitamente instituídos, antes da sua aprovação e publicação. Nota: ter em atenção que a definição de paisagem cultural /humana evolutiva integra o património cultural material e imaterial, a paisagem e o ambiente pelo que deve de haver uma articulação legislativa entre estas áreas.

3. A interdição de venda a privados de zonas patrimonialmente classificadas, sem estudos prévios de impacto ambiental, arqueológicos e técnico-científicos sobre o que na realidade se deve preservar e pode realizar no espaço.

4. A integração nos currículos escolares da história local ligando-a ao património cultural material e imaterial, ambiental e paisagístico e a saídas de campo.

5. A criação, em todos os Cursos Superiores de História e Arquitectura, de cadeira/as sobre restauro, património cultural material e imaterial planeamento e desenvolvimento.

6. Criação de cursos médios de restauro, em várias áreas, nomeadamente na de restauro de património arqueológico industrial peças e manutenção de bens patrimoniais.

7- A compatibilização entre PNOPT, PROTAML e Plano de Resiliência às Alterações Climáticas AML e o património cultural existente à beira-rio, no Estuário do Tejo, que corre sérios riscos pela tendência das Câmaras em destiná-los à especulação imobiliária, mesmo quando constituem zonas ricas do ponto de vista do património cultural material, alguns classificados, ou que se saiba que vão ficar submersas.

8- A possibilidade de haver formação destinada às associações.

Este é o nosso modesto contributo, fruto da nossa experiência e que gostaríamos de ver partilhado na discussão, se possível, ou nas conclusões. Desejamos que os trabalhos decorram com o maior êxito e a melhor participação.

Cumprimentos

Carla Marina Santos

Associação Barreiro Património Memória Futuro